

FONTE : JBCLASS. : 34DATA : 11 08 90PG. : 02

Convênio formaliza as reservas extrativistas

BRASÍLIA — O secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, formalizou ontem, ao assinar convênio com o Conselho Nacional dos Seringueiros e com o Instituto de Estudos Amazônicos (IEA), a criação do Programa Nacional de Reservas Extrativistas, que prevê a criação de novas reservas em toda a Amazônia Legal, abrangendo, em três anos, uma área de 25 milhões de hectares.

O convênio foi assinado por José Lutzenberger, pela presidente do Ibama, Tânia Munhoz; pelo vice-presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, Pedro Ramos; pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasília, Osmarino Amâncio; e pela presidente do IEA, Mary Alegretti. Lutzenberg também anunciou o início da demarcação da reserva Chico Mendes.

“Independente das pressões externas, é preciso que os direitos dos povos da floresta sejam respeitados”, afirmou o secretário José Lutzenberger durante a solenidade. “O objetivo desse convênio é viabilizar economicamente as reservas extrativistas que, além de servirem de proteção dos recursos florestais, devem garantir aos seringueiros o mínimo de renda”, lembrou o diretor de Recursos Naturais Renováveis do Ibama, José Carlos de Carvalho.

O Ibama, segundo José Carlos de Carvalho, vai fazer estudos conclusivos para definir áreas potenciais na Amazônia para a criação de reservas extrativistas. Até agora já foram criadas quatro reservas extrativistas que abrangem, no total, uma área de 2,162 milhões de hectares, beneficiando 6.250 famílias. Além da reserva Chico Mendes foram criadas as reservas Alto Juruá, no Acre, com 506 mil hectares; Rio Cajari, no Amapá, com 481 mil hectares; e Rio Ouro Preto, em Rondônia, com 204 mil hectares.

Durante a assinatura do convênio foi anunciado o início da demarcação da reserva extrativista Chico Mendes, criada ainda no governo José Sarney. A demarcação da reserva será feita com recursos do Programa de Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas (Pmaci), financiando pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Pelos termos do convênio, o Ibama repassará CR\$ 5 milhões ao Instituto de Estudos Amazônicos, que vai assessorar a demarcação da reserva extrativista Chico Mendes e a fixação da população seringueira na área.

As reservas extrativistas são unidades criadas pelo governo federal e passam a ser propriedade da União, garantindo as comunidades que nela habitam o direito ao extrativismo de forma sustentada.